

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, redefiniu objetivos da educação e fez referência a competências básicas, as quais se tentaram especificar em outros documentos. Estas, porém, não atingiram a escola por não serem suficientes específicas pra guiar o professor. A demanda por melhores resultados em testes de avaliação (ENEM e Prova Brasil) fez com que diversos estados se mobilizassem a fim de elaborar um referencial curricular. No Rio Grande do Sul, a proposta de elaboração de um referencial curricular regional surgiu em 2008, com a preocupação de estar em acordo com os documentos nacionais, refletir as necessidades regionais e ainda servir de guia ao professor. Participaram deste trabalho diversos professores e especialistas que publicaram, em 2009, o Referencial Curricular do Rio Grande do Sul.

Neste trabalho, será traçado um paralelo entre as atividades desenvolvidas pelo autor, durante o período de seu estágio supervisionado do curso de licenciatura em física (sem o uso do Referencial Curricular do RS), e as atividades propostas em um projeto (desenvolvido em outra disciplina do curso) abordando o mesmo assunto trabalhado no período de sua regência, o qual, todavia, comprometia-se em estar de acordo com o Referencial.

A comparação entre as duas propostas permite perceber que muito da prática de estágio esteve refém daquilo que já se faz na escola, que ainda não está de acordo com os documentos nacionais e estaduais. Percebe-se o Referencial Curricular do RS como mais facilmente aplicável do que os demais documentos. Levando-se em conta, a realidade da educação pública, iniciativas que coloquem à disposição do professor materiais de acordo com esse referencial facilitariam a sua efetiva implantação.